



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR

Artigo 37 da Constituição Federal | Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal
Criado de Acordo com a Lei Municipal 2603/2016 Regulamentado pelo decreto 452/2016

www.jaguariaiva.pr.gov.br

Jaguariaíva, 16 de janeiro de 2026

03 Páginas / Ano 10 / Edição nº 1003



DECRETOS

DECRETO n.º 021/2026

Súmula: Dispõe sobre a Prorrogação de Processo Administrativo Disciplinar em face de DOUGLAS LOVISON PEIXOTO e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c art. 148 e 154 da Lei n.º 2155/2010 e de acordo com o Decreto n.º 003/2026, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

DECRETA

Art. 1.º. Fica Prorrogado o Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de **DOUGLAS LOVISON PEIXOTO**, servidor público municipal, ocupante do cargo em provimento efetivo de Guarda Civil Municipal, inscrito na matrícula n.º 6.798, tendo em vista o contido nos Protocolos Gerais n.º 11262/2024, 11480/2024 e 12157/2024.

Art. 2.º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3.º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 14 de janeiro de 2026.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGERIO
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

DECRETO n.º 022/2026

Súmula: Dispõe sobre a Prorrogação de Processo Administrativo Disciplinar em face de DOUGLAS LOVISON PEIXOTO e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c art. 148 e 154 da Lei n.º 2155/2010 e de acordo com o Decreto n.º 003/2026, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

DECRETA

Art. 1.º. Fica Prorrogado o Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de **DOUGLAS LOVISON PEIXOTO**, servidor público municipal, ocupante do cargo em provimento efetivo de Guarda Civil Municipal, inscrito na matrícula n.º 6.798, tendo em vista o contido nos Protocolos Gerais n.º 9470/2025, 10054/2025 e 10157/2025.

Art. 2.º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3.º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de janeiro de 2026.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGERIO
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

DECRETO n.º 023/2026

Súmula: Dispõe sobre a nomeação do Comitê da Agência Transfusional e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, incisos X, XI, XXIV e XXVI da Lei Orgânica do Município, e ainda com base no Protocolo Geral sob n.º 00387/2026,

DECRETA

Artigo 1.º. NOMEIA O COMITÊ DA AGÊNCIA TRANSFUSIONAL o qual será composto pelos seguintes membros:

I. Como Representante de nível superior - Serviços Médicos - RT:

o **CICERO CARLOS SILVA**, brasileiro, Médico, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º XXXXX.608 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob n.º XXXXXX.449-93.

II. Como Representante de nível superior dos Serviços Bioquímicos - RT:

o **LORENA PAMELA CARDOSO RODRIGUES**, brasileira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Farmacêutica Bioquímica, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XXXX.984-4 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXXXXX.889-99.

III. Como Representante de nível superior dos Serviços Bioquímicos - Assistente Técnica:

o **THAIS CRISTHINE QUANI**, brasileira, servidora pública municipal com cargo de provimento efetivo de Farmacêutica Bioquímica, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XXXXX.531-1 SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob n.º XXXXXX.999-47;

IV. Como Representante de nível superior dos Serviços de Enfermagem:
o **LIDIANE MARIA DA SILVA**, brasileira, servidora pública municipal com cargo de provimento efetivo de Enfermeira, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XXXXX.914-8 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob n.º XXXXXX.288-44;

V. Como Representante de Serviços Administrativos:
o **DANIELLE TESSARINI BENATO**, brasileira, servidora pública municipal com cargo de provimento efetivo de Farmacêutica Bioquímica, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XXXX.429-7 II/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXXXXX.639-54.

Artigo 2.º. Os serviços prestados em decorrência deste Decreto serão sem ônus para o Município, sendo considerados de caráter relevante e de interesse público (artigo 4.º da Lei Municipal n.º 2155/2010).

Artigo 3.º. Fica revogado o Decreto n.º 473/2021.

Artigo 4.º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 5.º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de janeiro de 2026.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

MARLUS BARBOSA PEREIRA
Secretário Municipal de Saúde

DECRETO n.º 024/2026

Súmula: Dispõe sobre a Alteração do Piso Salarial dos Servidores Públicos Municipais ocupantes do cargo de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Saúde.

O Prefeito Municipal de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, art. 67, incisos X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal n.º. 3001/2024, e ainda com base no Protocolo Geral sob n.º 00424/2026,

Considerando o art. 1.º da Lei Municipal n.º 2926/2022 que dispõe: **art. 1.º. "O piso salarial dos servidores ocupantes do cargo em provimento efetivo de agente comunitário de saúde e agente de saúde, conforme previsão do art. 198, §9º, da Constituição Federal, será de 02 (dois) salários mínimos nacionais";**

Considerando o art. 3.º da Lei Municipal n.º 2926/2022 que dispõe: **art. 3.º. "A presente Lei poderá ser regulamentada por Decreto",**

DECRETA

Art. 1.º. O piso salarial dos servidores ocupantes do cargo em provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Saúde, passará a vigorar com o valor de R\$ 3.242,00 (três mil, duzentos e quarenta e dois reais), isto é, 02 (dois) salários mínimos nacionais, nos termos do art. 1.º da Lei Municipal n.º 2926/2022.

Art. 2.º. As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de recursos orçamentários próprios, suplementados se necessários.

Art. 3.º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01º de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4.º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 16 de janeiro de 2026.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

MARLUS BARBOSA PEREIRA
Secretário Municipal de Saúde

DECRETO n.º 025/2026

Súmula: Dispõe sobre a Instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face de JOSELIA DE MATOS e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c artigo 148 e 154 da Lei n.º 2155/2010 e de acordo com o Decreto n.º 003/2026, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

DECRETA

Art. 1.º. Fica Instaurado Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de **JOSELIA DE MATOS**, servidora pública municipal, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Cirurgião Dentista, inscrita na matrícula n.º 5.617, tendo em vista o contido nos protocolos administrativos n.º 00468/2026.

Parágrafo Único. Determino, como medida cautelar e a

fim de apurar a ocorrência do fato cometido, o afastamento da servidora **JOSELIA DE MATOS**, inscrita na matrícula n.º 5.617, pelo período de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, sem que haja prejuízo em seus vencimentos, nos termos do art. 152 da Lei Municipal 2155/2010.

Art. 2.º. A comissão processante, conforme dispõe o Decreto n.º 017/2025, será composta dos seguintes membros: Presidente: Matheus Rissatto Rivoiro; Secretária: Silvana Aparecida Lopes Valengo Kojo; Membros: Lucas Madureira Ferreira, Alessandra Walenga Vaz e José Sidnei Lozeski Filho.

Art. 3.º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4.º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 16 de janeiro de 2026.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGERIO
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos



SENJUR

**JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO
PROCESSO n.º 000016644/2025.**

Recorrente: José Crair de Oliveira.

Recorrido: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA.

1. RELATÓRIO.

Trata-se de recurso administrativo interposto pelo recorrente, Sr. José Crair de Oliveira, encaminhado ao **CMDCA** em data de **05/12/2025**, e recebido por meio de protocolo administrativo – Processo n.º 16644/2025, em 08/12/25, neste recurso o recorrente requer a modificação da decisão do Pleno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – **CMDCA**, que em votação secreta ocorrida em **16/10/25**, aplicou a penalidade de perda de mandato de conselheiro tutelar, ao recorrente.

Em síntese o recorrente alega que **a)** a Comissão do CMDCA não disponibilizou meios e informações mínimas para a regular defesa, e ainda, **b)** não disponibilizou e-mail oficial para defesa prévia, **c)** violou os princípios do contraditório e ampla defesa ao dispensar de ofício a fase de produção de provas, **d)** não há discricionariedade para a dispensa da fase de produção de provas, sendo nulo o procedimento por violar o princípio da legalidade, **e)** o recorrente não se ausentou sem prévio aviso aos seus pares, **f)** não recusou a realizar atendimento, conforme exposto no boletim de ocorrência 2025/425286, registrado em 03/04/25 da Delegacia de Polícia de Jaguariáiva/PR, **g)** ao final requereu o reconhecimento da nulidade do ato da comissão que dispensou de ofício a fase de produção de provas e/OU não sendo o entendimento de nulidade absoluta, seja aplicada a pena de advertência ou suspensão não remunerada.

É o relatório.

2. FATOS E FUNDAMENTOS.

De acordo com o recorrente, este foi processado com instauração de sindicância e posteriormente processo administrativo, com decisão final prolatada em 16/10/2025 pelo **CMDCA**, que no mérito administrativo condenou o recorrente, aplicando a este a penalidade de perda do mandato/exoneração do cargo de conselheiro tutelar.

Inconformado, com a aplicação da penalidade de perda de mandato de conselheiro tutelar, o recorrente, em suma, requer o reconhecimento da nulidade do ato da Comissão Processante do **CMDCA** em razão da dispensa de ofício da fase de produção de provas, e modificação da penalidade aplicada para pena de advertência ou suspensão não remunerada, com a manutenção do cargo de conselheiro.

Conforme consta no parecer jurídico preliminar (itens 8 e 9) realizado pela assessoria jurídica da Secretaria de Negócios Jurídicos - **SENJUR**, em data de 09/01/2025 (anexo no Processo Administrativo n.º 000016644/2025), o qual, o acolho e adoto neste julgamento, com sua fundamentação (parecer incluso), a Comissão Processante do CMDCA, no Relatório de Conclusão do Processo Administrativo Unificado, enfrentou todas as alegações processuais e de mérito apresentadas pelo Recorrente, em sede de processo administrativo do CMDCA.



Desta maneira, o presente recurso administrativo não merece provimento, pois o Relatório de Conclusão do Processo Administrativo, relacionado na Ata n.º 404/2025 (publicado em 17/10/25 no **D.E.O**) analisou detidamente as nulidades apontadas, em destaque a que se refere a eventual ilegalidade por violação do princípio do contraditório e ampla defesa.

Assim, não ficou demonstrado pelo recorrente nas razões recursais que a comissão processante do **CMDC** agiu em desacordo com a lei ou em violação as normas jurídicas do Estado Democrático de Direito, já que ao recorrente foi disponibilizado o livre acesso aos documentos do processo, participou presencialmente nas audiências de oitivas das testemunhas, e ainda, na ocasião prestou sua declaração quanto aos fatos ocorridos no exercício das funções de conselheiro tutelar, à época.

Soma-se a isto, observo que a Comissão Processante realizou a devida intimação pessoal do recorrente para impugnar a utilização da prova emprestada da sindicância ao processo administrativo, e, ainda, consta que o mesmo foi intimado para manifestar-se sobre a necessidade de sua nova oitiva no processo administrativo instaurado pelo **CMDC**, isso, conforme Relatório de Conclusão do Processo Administrativo, referido na Ata n.º 404/2025 e incluso neste processo.

Quando ao mérito sobre a adequação e proporcionalidade da pena de perda do cargo de conselheiro tutelar, em razão das infrações administrativas funcionais praticadas quando do exercício das atividades do cargo de conselheiro tutelar, indicadas dentro do processo administrativo e devidamente relatadas no relatório de conclusão unificado do **CMDC**, quais sejam, a) faltas injustificadas nas datas de 25/02/2025 a 27/02/2025, b) abandono do plantão às 06:00 horas do dia 25/02/25, e, c) recusa na prestação de atendimento solicitado pela polícia militar e polícia judiciária, fatos ocorridos em 03/04/25 às 12:40 horas e descritos no BO n.º 2025/425286, justifico que após análise dos autos não há desproporcionalidade ou incoerência na aplicação da pena de perda de cargo, pois os fatos imputados ao recorrente, estão devidamente previstos no ordenamento jurídico municipal (artigo 46 da Lei 2.743/2018).

Em resumo, verifico que a Comissão do Processo Administrativo do **CMDC**, fez o seu trabalho de acordo com a Lei Municipal n.º 2.743/2018.

Por fim, anoto que não existe nos autos do presente recurso administrativo, nulidade ou desproporcionalidade na aplicação da pena de perda de mandato de conselheiro tutelar, dada a motivação calçada em declarações de testemunhas e documentos apresentados no processo administrativo, justificadamente apresentados pela comissão processante do **CMDC**, dentro do devido contraditório e ampla defesa.

3. JULGAMENTO.

Portanto, acolho os argumentos indicados no parecer jurídico realizado pela assessoria da SENJUR, em 09/01/2026, valendo-se da íntegra dos seus fundamentos para julgamento final, pontuando pelo não provimento do recurso interposto.

Aprecio procedente o presente processo administrativo disciplinar do **CMDC**, considerando o Relatório de Conclusão do Processo Administrativo Unificado, acatando as circunstâncias apontadas pela existência de provas da autoria dos fatos.

Nos termos da fundamentação exposta, conheço o recurso administrativo – Processo/Ano: 000016644/2025, interposto pelo Recorrente, Sr. José Crair de Oliveira, e no mérito administrativo **nego provimento do recurso**.

Julgo pela manutenção da decisão do Conselho Municipal da Criança e Adolescente – **CMDC** (Ata 404/25 publicada em 17/10/25 **D.O.E** n.º 978), que aplicou a pena de perda de mandato de conselheiro tutelar ao recorrente, José Crair de Oliveira.

Determino, em razão do julgamento, o arquivamento do feito, e que seja dada a publicidade necessária ao ato, com ciência ao **CMDC** e ao recorrente, através de publicação na Imprensa Oficial do Município.

Cumpra-se,
Jaguaraiava, 12 de janeiro de 2026.

JOSÉ SLOBODA.
Prefeito.

JULGAMENTO

Processo Administrativo Disciplinar

Autos nº 11.242/2025

Investigado: Jonathan Donato Ramos da Silva

1. RELATÓRIO



EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JAGUARAIAVA

Rosana Araújo Lopes - MTB. n.º 3194 - PR
Jornalista Responsável

Secretaria Municipal de Comunicação
Rua Leônidas Ferreira de Barros, s/nº - Cidade Alta
(43) 3535 9306
E-mail: comunicacao@jaguaraiava.pr.gov.br



Vistos, relatados e tomadas as demais providências necessárias nos presentes autos, verifiquei que:

O processo administrativo disciplinar foi instaurado aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, designada pelo Decreto 1.046/2025, para apurar os fatos e responsabilidades descritos no Protocolo Geral sob nº 11.242-2025 que informa que o investigado proferiu ofensas em rede social em face do Chefe do Executivo Municipal.

Designou-se a Comissão Administrativa Disciplinar Permanente por meio do Decreto 017/2025 para apurar os fatos.

Instaurado o processo, foram autuados os documentos; após realizou-se a instrução do mesmo, encerrada a fase instrutória, a Comissão Disciplinar, concluiu pela responsabilização do investigado pela infração do artigo 121, incisos: IX – manter conduta compatível com a moralidade administrativa e XI – tratar com urbanidade as pessoas, da lei municipal 2155/10; por fim, a Procuradoria Jurídica do Município apresentou parecer favorável a Comissão Disciplinar, opinando, assim, pela procedência do processo e pela aplicação de 03 (três) dias de suspensão, conforme previsão do art. 134¹ da lei municipal 2155/10.

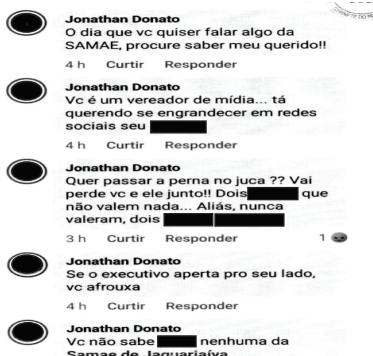
É o relatório do necessário.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A Procuradoria Jurídica Municipal bem analisou a questão, razões que adoto como fundamentos.

1. Art. 134. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 122, incisos I a VIII e XIX, e de insubordinação de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Abstrai-se dos autos, em síntese, que o investigado praticou ofensas, extrapolando seu direito à liberdade de expressão, em face do Chefe do Executivo municipal, vejamos:



O processo mereceu cuidadosa análise, pois é dever do servidor exercer manter conduta compatível com a moralidade administrativa, bem como de tratar com urbanidade as pessoas.

Ademais, o fato de as postagens terem sido realizadas fora do ambiente de trabalho ou em rede social pessoal não afasta a responsabilização administrativa, uma vez que: houve repercussão pública; a conduta atingiu diretamente a imagem da Administração; o vínculo funcional do servidor é de conhecimento público.

A defesa do investigado alegou inicialmente que: Decreto Municipal nº 017/2025 compôs a CADP com, entre outros, Matheus Rissatto Rivoiro e Lucas Madureira Ferreira, os quais já atuaram contra os interesses do servidor indicado no MS nº 0000605-42-2025.8.16.0100, o que evidencia possível impedimento para atuação no PAD.

O fato de o presidente da Comissão de Processo Administrativo e o seu membro ter atuado na defesa do município pelo fato de ambos serem procuradores municipais, na esfera judicial que envolve o investigado, não configura transgressão ao princípio da imparcialidade.

O princípio da imparcialidade, consagrado no artigo 37 da Constituição Federal, visa assegurar que a atuação administrativa seja pautada pela objetividade e imparcialidade, evitando favorecimentos ou perseguições pessoais.

Para que se configure a quebra da imparcialidade, é imprescindível a demonstração de que a atuação dos servidores tenha sido influenciada por interesses pessoais ou que tenha causado prejuízo ao investigado, o que não constou nos autos.

Nessa medida, a jurisprudência pátria tem se posicionado no sentido de que a mera alegação de quebra de imparcialidade, desacompanhada de prova concreta de prejuízo, não é suficiente para invalidar atos administrativos.

Frisa-se que, conforme sólida jurisprudência do E. Superior Tribunal de Justiça, em processo administrativo disciplinar, somente se reconhece e declara a nulidade em face da efetiva demonstração do prejuízo suportado, sendo aplicável o princípio pas de nulité em caso de falhas procedimentais sem consequências ao exercício do direito "de defesa" – no presente caso, não se evidencia qualquer prejuízo ao investigado aos fatos alegados.

No mesmo sentido, a jurisprudência do T-J-PR, vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. DEMISSÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. SUPOSTA NULIDADE. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA IMPOSSIBILIDADE E DA IMPARCIALIDADE. VIOLAÇÕES NÃO VERIFICADAS. PRESIDENTE DA COMISSÃO QUE ATUOU COMO ADVOGADO DA MUNICIPALIDADE EM PROCESSO JUDICIAL PARTICIPAÇÃO DE SERVIDOR QUE ATUOU COMO PREPOSTO NO PROCESSO. AUSÊNCIA DE PROVAS DA IMPARCIALIDADE E DO EFETIVO PREJUIZO. PRINCÍPIO PAS AUSÊNCIA DE ESTABILIDADE DE MEMBROS COMISSÃO PROCESSANTE. IRRELEVÂNCIA. ESTABILIDADE NÃO EXIGIDA PELA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL. PRECÍTIOS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS OBSERVADOS NA CONDUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ATO DE DEMISSÃO VÁLIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEGURANÇA DENEGADA. 1. É defeso ao Poder Judiciário adentrar nos critérios de oportunidade e conveniência dos atos administrativos, cingindo-se o controle jurisdicional que pode recair sobre tais atos ao exame da legalidade e validade do ato administrativo, sendo vedada qualquer incursão no mérito administrativo. 2. No caso, a violação pela servidora dos deveres estatutários foi plenamente evidenciada, tendo restado incontroversa a ausência da impreterite ao trabalho por aproximadamente dois anos, de modo que sequer havia margem a conclusão diversa pela Comissão Processante, razão pela qual não há como se imaginar que o entendimento alcançado pela Comissão tenha sido motivado por razões não jurídicas. Nas, é o devido que "em processo administrativo disciplinar, somente se reconhece e declara a nulidade em face da efetiva demonstração do prejuízo suportado, sendo aplicável o princípio pas de nulité sans grief em caso de falhas procedimentais sem consequências ao exercício do direito de defesa". Precedentes do STJ. 3. Tampouco a alegada ausência de estabilidade de alguns dos membros da Comissão Processante tem o condão de macular a legalidade do procedimento, visto que inexistia exigência nessa sentença na Lei Complementar nº 23/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Guaracatubá). 4. Assim, entende-se que o Processo Administrativo Disciplinar foi conduzido em observância aos preceitos legais e constitucionais aplicáveis, não tendo se configurado violação à ampla defesa e aos princípios da imparcialidade e da imparcialidade, mostrando-se válido, portanto, o ato administrativo de demissão da impreterite. 5. Recurso conhecido e provido. Reexame necessário prejudicado. (TJPR – 2ª Cível – 0001883-65-2019.8.16.0043 – Antonina – Rel.: JUIZA DE DIRETO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU ANGELA MARIA MACHADO COSTA – J. 14.10.2020)

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. DEMISSÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. SUPOSTA NULIDADE. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA IMPOSSIBILIDADE E DA IMPARCIALIDADE. VIOLAÇÕES NÃO VERIFICADAS. PRESIDENTE DA COMISSÃO QUE ATUOU COMO ADVOGADO DA MUNICIPALIDADE EM PROCESSO JUDICIAL PARTICIPAÇÃO DE SERVIDOR QUE ATUOU COMO PREPOSTO NO PROCESSO. AUSÊNCIA DE PROVAS DA IMPARCIALIDADE E DO EFETIVO PREJUIZO. PRINCÍPIO PAS AUSÊNCIA DE ESTABILIDADE DE MEMBROS COMISSÃO PROCESSANTE. IRRELEVÂNCIA. ESTABILIDADE NÃO EXIGIDA PELA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL. PRECÍTIOS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS OBSERVADOS NA CONDUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ATO DE DEMISSÃO VÁLIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEGURANÇA DENEGADA. 1. É defeso ao Poder Judiciário adentrar nos critérios de oportunidade e conveniência dos atos administrativos, cingindo-se o controle jurisdicional que pode recair sobre tais atos ao exame da legalidade e validade do ato administrativo, sendo vedada qualquer incursão no mérito administrativo. 2. No caso, a violação pela servidora dos deveres estatutários foi plenamente evidenciada, tendo restado incontroversa a ausência da impreterite ao trabalho por aproximadamente dois anos, de modo que sequer havia margem a conclusão diversa pela Comissão Processante, razão pela qual não há como se imaginar que o entendimento alcançado pela Comissão tenha sido motivado por razões não jurídicas. Nas, é o devido que "em processo administrativo disciplinar, somente se reconhece e declara a nulidade em face da efetiva demonstração do prejuízo suportado, sendo aplicável o princípio pas de nulité sans grief em caso de falhas procedimentais sem consequências ao exercício do direito de defesa". Precedentes do STJ. 3. Tampouco a alegada ausência de estabilidade de alguns dos membros da Comissão Processante tem o condão de macular a legalidade do procedimento, visto que inexistia exigência nessa sentença na Lei Complementar nº 23/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Guaracatubá). 4. Assim, entende-se que o Processo Administrativo Disciplinar foi conduzido em observância aos preceitos legais e constitucionais aplicáveis, não tendo se configurado violação à ampla defesa e aos princípios da imparcialidade e da imparcialidade, mostrando-se válido, portanto, o ato administrativo de demissão da impreterite. 5. Recurso conhecido e provido. Reexame necessário prejudicado. (TJPR – 2ª Cível – 0001883-65-2019.8.16.0043 – Antonina – Rel.: JUIZA DE DIRETO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU ANGELA MARIA MACHADO COSTA – J. 14.10.2020)

(TJPR – 2ª Cível – 0001883-65-2019.8.16.0043 – Antonina – Rel.: JUIZA DE DIRETO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU ANGELA MARIA MACHADO COSTA – J. 14.10.2020)

(TJ-PR – REEX: 00018836520198160043 Antonina 0001883-65.2019.8.16.0043 (Acórdão), Relator: Angela Maria Machado Costa, Data de Julgamento: 14/10/2020, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 15/10/2020)

Nesse passo, não restou comprovado qualquer prejuízo concreto decorrente da atuação do Presidente e Membro da Comissão Administrativa Disciplinar, visto que todas as provas pretendidas foram apresentadas, não há que se falar em quebra do princípio da imparcialidade.

Assim, entende-se que o Processo Administrativo Disciplinar foi conduzido em observância aos preceitos legais e constitucionais aplicáveis, não tendo se configurado violação à ampla defesa e aos princípios da imparcialidade e da imparcialidade, mostrando-se válido.

A defesa afirma que não há provas suficientes que justifique uma infração disciplinar, alegando que o Prefeito é pessoa pública e que deve estar acostumada a receber críticas e que não houve tantas visualizações que gerasse grande repercussão, entretanto, o caso aqui extrapolou a liberdade de expressão e da crítica.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça reconhece que a liberdade de expressão do servidor público, embora constitucionalmente assegurada, não possui caráter absoluto, encontrando limites nos deveres funcionais, especialmente na moralidade administrativa, na urbanidade, na lealdade institucional e no respeito às autoridades constituídas.

Nessa linha, as Cortes Superiores distinguem a crítica política legítima, inerente ao regime democrático, da ofensa pessoal, entendida como "manifestação desarrazoada, desrespeitosa ou desproporcional, pois a atingir a dignidade do cargo ou de seu ocupante. Quando a manifestação do servidor ultrapassa o campo da crítica institucional e assume caráter ofensivo, ainda que realizada fora do ambiente ou do horário de trabalho e em redes sociais, resta caracterizada a extrapolção da liberdade de expressão, admitindo-se a responsabilização administrativa, o que aconteceu no presente caso.

Em que pese o ofício do executivo municipal o argumento da defesa de que o Prefeito enquanto agente político está submetido a amplo escrutínio público. O exercício de sua função, por si, mantém em constante exposição perante a sociedade, fato este que o mantém, naturalmente, no mote de críticas pela população, inclusive, por servidores que continuam sendo cidadãos. A crítica não se dirigiu ao Prefeito como seu chefe imediato, não podendo a manifestação se enquadrar como violação de dever funcional relacionado à hierarquia administrativa.

O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento consolidado no sentido de que manifestações realizadas em redes sociais, ainda que fora do ambiente de trabalho, podem caracterizar infração disciplinar quando incompatíveis com o cargo público e quando atingem a imagem da Administração ou de seus agentes.

Sendo assim, as manifestações públicas de servidor, ainda que realizadas fora do horário de expediente ou em ambiente virtual, podem ensejar responsabilização administrativa quando atentatórias à moralidade administrativa ou aos deveres funcionais, como no presente caso.

A defesa do investigado não trouxe qualquer prova contrária às ofensas proferidas nos autos ou motivo relevante que justificasse tais ofensas proferidas pelo investigado.

Apesar de a manifestação ter ocorrido fora do horário e ambiente de trabalho, há repercussão direta sobre a imagem da Administração e sobre o gestor, configurando relação funcional relevante para fins de responsabilização disciplinar.

Diante do que foi exposto, concluo pela responsabilização do investigado, o qual infringiu o disposto no Art. 121, incisos IX² e XF da Lei Municipal nº 2.155/10.

Gize-se, que o investigado não possui infração disciplinar até a presente data.

3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, tendo em vista as provas colhidas no caderno processual **julgo procedente o presente processo administrativo disciplinar, e condeno o servidor JONATHAN DONATO RAMOS DA SILVA, a pena de 03 (três) dias de suspensão**³, para qualquer efeito.

A vista do presente julgamento, determino seja dada a publicidade necessária ao ato, através de publicação na Imprensa Oficial do Município.

Cumpra-se, Jaguaraiava-Pr, 14 de janeiro de 2026,

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM
VICE-PREFEITO

² IX – manter conduta compatível com a moralidade administrativa.
³ XI – tratar com urbanidade as pessoas.

⁴ Art. 135. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas puníveis com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.



EXTRATO, PROTOCOLO 473/2026(SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA). Objeto: Locação do imóvel localizado na Rua Miguel Calil Fadel, nº27, kitnet nº01, Vila Pinheiro, Jaguariá/PR, CONTRATO DA ADMINISTRAÇÃO. Locadora: TEIXEIRA E OLIVEIRA TEIXEIRA LTDA. CNPJ Nº 04.074.200/0001-40. LOCATÁRIO: Município de Jaguariá. Valor do Aluguel: R\$300,00(Trezentos reais) mensais. Vigência:16 de janeiro de 2026 até 16 de julho de 2026.



SEFIP

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA - PR DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de Pavimentação em Pedra Irregular de vias urbanas, com área total de pavimentação de 26.046,18 m² e extensão total das vias em 3.602,87 metros, incluindo serviços preliminares de terraplanagem, drenagem, pavimentação, urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual, nas seguintes ruas: Rubens Simões, Durvacyra Azevedo, Noredin Carneiro, João Czekalski, Nelson Mendes Neto e Paulo Rogério Martins Chamma do Bairro Distrito Industrial Ary Fanchin.

RECEBIMENTO DAS DOCUMENTAÇÕES: das 08:30min do dia 19/01/2026 às 08:30 horas do dia 04 de Fevereiro de 2026, **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 10h00 horas do dia 04 de fevereiro de 2026.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site: www.bilcompras.org.br Ou através do e-mail: comprasjag@gmail.com - Maiores Informações no Dept.º de Compras e Licitação – sito a Praça Isabel Branco, 142 - telefone (43) 3535-9437 no horário: das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

Jaguariá, 15 de janeiro de 2026.

JOSÉ SLOBODA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ADITIVO TERMO DE DISTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 148/2025 FORNECEDOR MULTILISA COMERCIO DE VARIEDADES LTDA DATA DO ADITIVO 08/01/2025 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 388/2025

NATUREZA DO ADITIVO

DO DISTRATO CONTRATUAL AMIGÁVEL

CLÁUSULA 1ª - Ficam rescindidos administrativamente de forma amigável segmento do contrato administrativo nº388/2025, firmado entre o Município de Jaguariá e a empresa **MULTILISA COMERCIO DE VARIEDADES LTDA**, derivada do Pregão Eletrônico nº53/2025, consistente ao item 83 – **ENVELOPE SACO OURO – 80 gr – 260x360 mm – Caixa com 250 unidades – Quantidade: 24 – Valor unitário: R\$32,98 – Total: R\$791,52**, pelas razões que assistem às fls. 1251/1256 que menciona o preço incompatível para a entrega do item.

CLÁUSULA 2ª – RESCINDEM o segmento do presente Contrato Administrativo 388/2025, afeitos da Cláusula Oitava, Da Rescisão Contratual *Amigavelmente, por acordo entre as partes*, e por razões de conveniência da Administração, de modo que conferem, os efeitos a partir da assinatura do Termo de Distrato, neste mesmo ato, ampla, geral e irrestrita quitação, nada mais havendo a reclamar em relação ao item 83 decorrente do Contrato Administrativo nº388/2025.

EXTRATO DE ADITIVO 1º TERMO ADITIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105 /2025 FORNECEDOR GDX PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA DATA DO ADITIVO 08/01/2025 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 298/2025

NATUREZA DO ADITIVO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA EMENDA
Considerando o protocolo geral nº16725/2025, com base no art.124 da Lei nº14.133/2021, realiza-se a substituição da marca do produto registrado Item 057– **SUPORTE PEDESTAL ARTICULADO, modelo BMU – MARCA ASK, por SUPORTE PEDESTAL ARTICULADO DA MARCA CTECK IMPORT.**

EXTRATO DE ADITIVO 1º TERMO ADITIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 148/2025 FORNECEDOR WORLD MASTER COM. DE PAPELARIA E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DATA DO ADITIVO 08/01/2025 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 391/2025

NATUREZA DO ADITIVO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA EMENDA
Em decorrência do distrato no Pregão Eletrônico nº53/2025 do item 83 do participante inicialmente vencedor, condiciona-se a este Termo Aditivo, a inclusão do item 83 ao presente contratado, com os seguintes descritivos:

Item incluído	Descritivo	Qtd	VI unit	Total
83	ENVELOPE SACO OURO – 80gr – 260 X 360 MM – CAIXA COM 250 UNIDADE	24	R\$98,70	R\$2.368,80

CLÁUSULA SEGUNDA – Com a inclusão do item 83 na Ata de Registro de Preços nº160/2025, o contrato original 391/2025, na CLÁUSULA QUARTA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, passará a estimativa global para o fornecimento do objeto o valor total de **R\$172.317,40(Cento e setenta e dois mil trezentos e dezessete reais e quarenta centavos).**

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 65/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 22/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DE FORMA CONTÍNUA, NOS SERVIÇOS DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO, MECÂNICA EM GERAL, SERVIÇOS ELÉTRICOS, FUNILARIA E PINTURA, SOLDA, TORNO E FRESA, BORRACHARIA, ESTOFAGEM E TAPETARIA, MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO ORIGINAIS, GENUÍNAS OU ALTERNATIVAS, DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E TRATORES PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL.

DATA DO CONTRATO: 14/01/2026 | VIGÊNCIA: 60 MESES

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 011/2026
CONTRATADA: POP BATERIAS LTDA
CNPJ: 59.004.757/0001-04

EXTRATO TERMO DE FOMENTO E COLABORAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 191/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 58/2025

OBJETO: CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO ENTRE O MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA E A CASMI, OBJETIVANDO A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL IDOSO, REFERENTE DELIBERADO PELA RESOLUÇÃO Nº 007/2025 CMPOI.

DATA DA ASSINATURA: 09/01/2026 | VIGÊNCIA: 12 MESES

INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº: 009/2026
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: CASMI CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MARIA IMACULADA
CNPJ: 77.730.570/0001-61 | VALOR CONTRATUAL: R\$ 97.400,00



IPREV

Extrato do Quarto Aditivo Contratual – Contrato nº 01/2022. Objeto: Contratação direta de empresa para implantação e manutenção de website institucional do IPREV. Empresa contratada: L2F SISTEMAS WEB LTDA-ME - CNPJ 12.491.159/0001-35. Fundamento legal: Art. 24, II, da Lei 8.666/93. Valor: R\$ 6.122,41. Ratificação. Presidente executivo do IPREV, Valdemir Ferreira,



SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 002/2026

1) Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

2) Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de concreto usinado destinado às obras de ampliação e melhorias do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) de Jaguariá. Conforme Anexo I do Termo de Referência.

3) Abertura da Licitação: 29/01/2026 às 09:00 horas

4) Recebimento das Propostas: das 15:00 horas do dia 16/01/2026 às 08:30 horas do dia 29/01/2026.

5) Início da Sessão de Disputa de Preços: 09:00 horas do dia 29/01/2026.

6) Local: Sede do SAMAE, Rua Porto Velho, 140.

O Edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site www.samaejv.com.br ou www.bilcompras.org.br

Informações: O edital e seus anexos estão à disposição na sede do SAMAE, na Rua Porto Velho, 140, no Município de Jaguariá PR, telefone (43) 3535-9219/3535-9211.

Jaguariá, 16 de janeiro de 2026.

Nei Aparecido Camilo
Pregoeiro do SAMAE